

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

Em 1947, o físico brasileiro César Lattes causou grande impacto nos meios científicos internacionais e conquistou reconhecimento com sua descoberta que elucidou alguns problemas pendentes de solução no campo da radiação cósmica e confirmou a teoria do físico japonês Hideki Yukawa sobre a existência de uma partícula supostamente responsável pela ligação entre prótons e nêutrons nos núcleos atômicos. Esse último aspecto foi bastante para dar um relevo todo especial à descoberta, enriquecendo seu significado com a possibilidade de novas aberturas no controle das forças nucleares, tão cobijado depois das explosões atômicas. Toda a imprensa mundial e brasileira aclamou a descoberta, e a ciência brasileira saiu do porão para a sala de visitas.

No ano seguinte, Lattes voltou a causar impacto após conseguir a produção artificial daquela partícula em um acelerador do tipo circular, em Berkeley, nos Estados Unidos da América. E em 1949, a física no Brasil começou a se institucionalizar com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Junto com ela, a ciência, em geral, também organizava sua entidade representativa, com o surgimento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) naquele mesmo ano. Foi nesse caldo cultural que o almirante Álvaro Alberto ganhou mais argumentos para persuadir o governo brasileiro. Segundo seus depoimentos reproduzidos na coletânea **50 anos do CNPq contados pelos presidentes**, organizada por Shozo Motoyama, em maio de 1949, após a leitura de relatórios sobre a questão atômica, o presidente Dutra enviou ao Congresso Nacional um anteprojeto para criação do Conselho Nacional de Pesquisas, já prevendo seu papel na política nuclear. Depois de uma longa tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, nascia o CNPq, com o almirante como seu primeiro presidente.

Rodrigo Cunha. **50 anos do CNPq: da política nuclear ao desafio da descentralização**. In: *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 63, n.º 2, 2011 (com adaptações).

Considerando as ideias veiculadas no texto CG1A1, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto apresenta um relato sobre a criação do CNPq, em meados do século passado, destacando a participação ativa do físico César Lattes nesse acontecimento.
- 2 Depreende-se do texto que o almirante Álvaro Alberto estava envolvido com o projeto de criação do que viria a ser o CNPq enquanto César Lattes conquistava reconhecimento científico internacional.
- 3 Entende-se do texto que, apesar do impacto das descobertas de César Lattes, a ciência brasileira ainda ocupava uma posição marginal no cenário mundial quando da criação do CNPq.
- 4 À época da criação do CNPq, a física nuclear era um campo de conhecimento estratégico na política nacional e internacional, conforme se infere do texto.

- 5 Depreende-se do primeiro parágrafo que a imprensa nacional e internacional congratulou o físico japonês Hideki Yukawa pela sua descoberta da existência de uma partícula que liga prótons e nêutrons nos núcleos atômicos.

Acerca dos mecanismos de coesão textual empregados no texto CG1A1, julgue os próximos itens.

- 6 O pronome “daquela”, no primeiro período do segundo parágrafo, indica que se trata, nesse trecho do texto, da mesma partícula especificada no primeiro período do primeiro parágrafo.
- 7 A expressão “em maio de 1949” (penúltimo período do segundo parágrafo) indica a data da organização da citada coletânea por Shozo Motoyama.
- 8 No penúltimo período do segundo parágrafo, o segmento “seus depoimentos” refere-se aos depoimentos do presidente Dutra reproduzidos na coletânea **50 anos do CNPq contados pelos presidentes**.

Em relação a aspectos linguísticos do texto CG1A1, julgue os itens subsecutivos.

- 9 O sujeito da forma verbal “confirmou” (primeiro período do primeiro parágrafo) é “César Lattes”.
- 10 A inserção de uma vírgula imediatamente após “bastante” (penúltimo período do primeiro parágrafo) preservaria a correção gramatical e os sentidos do texto.
- 11 A correção gramatical e a coerência das ideias do texto seriam preservadas caso o trecho “com o almirante como seu primeiro presidente” (final do segundo parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: **cujo primeiro presidente foi o almirante Álvaro Alberto**.
- 12 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, a forma verbal “nascia” (último período do segundo parágrafo) poderia ser substituída por **nasceu**.

Julgue os itens a seguir, considerando as previsões do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

- 13 O servidor público é proibido de participar da administração de sociedade empresarial, personificada ou não personificada.
- 14 Constitui dever ético do servidor tratar cuidadosamente o usuário do serviço público e aperfeiçoar o processo de comunicação e o contato com o público.
- 15 O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é inaplicável aos funcionários das entidades paraestatais.
- 16 Opor resistência justificada ao andamento de documento constitui, em regra, falta funcional do servidor público.

Com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 17** A responsabilidade do agente público é objetiva na prática do ato de improbidade.
- 18** Constitui ato de improbidade administrativa exercer atividade de consultoria para pessoa física que tenha interesse suscetível de ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- 19** As sanções previstas na referida lei se aplicam aos atos praticados contra o patrimônio de entidade privada que seja custeada pelo erário.

Em certo mercado disputado por seis empresas, duas delas gozam de vantagem fiscal por operarem de fora do país. As proposições *P* e *Q* a seguir correspondem às regras desse mercado.

P: “Se a empresa possuir gestão eficiente, prestar serviços de qualidade e tiver alta produtividade, então, se destacará no mercado mesmo se não gozar de vantagem fiscal.”

Q: “Se uma das empresas do mercado possui vantagem fiscal, esse mercado não é isonômico.”

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20** A tabela-verdade da proposição *P* possui mais de 30 linhas.
- 21** A proposição *Q* é equivalente à seguinte proposição: “Se o mercado é isonômico, as empresas desse mercado não possuem vantagem fiscal.”.
- 22** Se uma das empresas não se destacar no mercado, então essa empresa não tem vantagem fiscal, conforme se infere da proposição *P*.
- 23** O número de maneiras de escolher três empresas entre as seis, de modo que não haja duas que gozem de vantagem fiscal, é superior a 15.
- 24** Se, entre as seis empresas, duas delas forem escolhidas aleatoriamente, a probabilidade de essas duas empresas gozarem de vantagem fiscal é superior a 10%.

Cláudio, servidor público lotado no setor de licitações do CNPq, recebeu de seu superior hierárquico a tarefa de instruir processo administrativo para contratação de mão de obra a fim de efetuar pequenos trabalhos, tendo sido estipulado preço certo para o contrato, que deverá incluir também o fornecimento de materiais.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes à luz da Lei n.º 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos, e da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública.

- 25** Por se tratar de processo administrativo de licitação, não poderá ser utilizado o instrumento da decisão coordenada, ainda que preenchidos todos os requisitos legais para a formação dessa instância decisória.
- 26** Cláudio deverá indicar o regime de contratação integrada, tendo em vista a necessidade de fornecimento de materiais pela contratada.

Marcos, funcionário de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público de transporte de passageiros no Distrito Federal, ao conduzir ônibus de propriedade da sociedade empresária durante a execução do serviço público concedido, foi responsável por acidente que ocasionou danos materiais no veículo de propriedade de Alessandro.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir de acordo com a doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 27** No que se refere à responsabilidade civil do Estado, a Constituição Federal de 1988 adota a teoria do risco administrativo, de modo que o valor da indenização devida a Alessandro poderá ser reduzido, caso seja comprovada a culpa concorrente da vítima.
- 28** No polo passivo de eventual ação de indenização proposta por Alessandro, deverá constar ou o Distrito Federal, ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora do serviço público, ou Marcos, responsável pelo acidente.

Acerca do processo administrativo disciplinar, do controle administrativo e judicial dos atos administrativos e dos poderes da administração pública, julgue os itens que se seguem, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- 29** O poder-dever de autotutela da administração pública, embora lhe permita rever os próprios atos ou anulá-los, quando ilegais, não possibilita a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.
- 30** Nenhuma incursão no mérito administrativo é permitida no âmbito do controle judicial no processo administrativo disciplinar, restringindo-se tal controle ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato.

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos e dos direitos sociais, julgue os itens que se seguem, com base na Constituição Federal de 1988.

- 31** Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses tanto coletivos quanto individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- 32** Aos que litigam, em processo judicial ou administrativo, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

O inciso VIII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988 prevê que “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”. Em relação a esse dispositivo constitucional, julgue os itens seguintes.

- 33** A recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do citado dispositivo constitucional, enseja a cassação dos direitos políticos.
- 34** O preceito constitucional mencionado consiste em norma de eficácia limitada.

Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os próximos itens.

- 35** Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- 36** É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proporcionar os meios de acesso à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

Quanto à administração pública, do modelo racional legal ao paradigma pós-burocrático, julgue os itens a seguir.

- 37** O modelo de administração burocrática no Brasil surgiu ao final do processo da industrialização brasileira e modificou os critérios de aplicação do controle dos serviços públicos e as relações estabelecidas entre o poder público e seus servidores.
- 38** O gerencialismo tem como pressupostos o fortalecimento do gerenciamento público e de instituições de controle e a imputação de resultados e estruturas flexíveis de tal forma que o cidadão se perceba e participe como usuário de serviços públicos e contribuinte.

Julgue o item a seguir, tendo em vista convergências e diferenças entre a gestão privada e a gestão pública.

- 39** Como prática exclusiva da gestão privada, a responsabilidade social e ambiental é uma estratégia composta por ações voluntárias de empresas em benefício da sociedade.

No que se refere à administração pública, seu orçamento e suas boas práticas, julgue os itens a seguir.

- 40** A excelência em gestão pública pressupõe atenção prioritária ao usuário dos serviços públicos.
- 41** O elemento organizativo central do plano plurianual (PPA) é o programa, que consiste em um conjunto articulado de ações orçamentárias, na forma de projetos, atividades e operações especiais, e ações não orçamentárias, com intuito de alcançar um objetivo específico.
- 42** Indicadores permitem o conhecimento sobre a situação que se deseja modificar, auxiliam na identificação dos objetivos, apontam soluções e resolvem problemas, facilitando o processo de tomada de decisão.

Businesses are starting to introduce new options for tipping at self-checkout machines, putting even more pressure on customers amid rising inflation costs. Despite having zero interaction with employees during transactions, self-checkout machines at places such as coffee shops, bakeries, airports, and sports stadiums are giving customers the option to leave the typical 20% tip, according to a report from the Wall Street Journal.

Business owners believe that the prompt for a tip can boost staff pay and increase gratuities — but customers are questioning where and to whom the extra cash is going, considering self-checkout is done by the customers themselves. “They’re cutting labor costs by doing self-checkout. So what’s the point of asking for a tip? And where is it going?” are some of the questions customers ask. But tipping researchers claim this is a way for companies to put the responsibility of paying employees on the customer rather than increasing employee salaries themselves. Self-tipping is viewed by many customers as a way to guilt-trip the person into tipping on something when they typically wouldn’t.

Many companies told the Journal that these tipping prompts are optional, and the extra gratuity is split between all employees. However, experts say that tips at a self-checkout machine might never even get to an actual employee since protections for tipped workers in the federal Fair Labor Standards Act don’t extend to machines.

Internet: <<https://nypost.com>> (adapted).

According to the previous text, judge the following items.

- 43** One of the reasons why business owners have introduced the option for tipping at self-checkout machines is that they believe it may raise their employees’ payment.
- 44** Tipping at self-checkout machines have become mandatory in most places like coffee shops, bakeries, airports, and sports stadiums.
- 45** It can be inferred from the text that tipping reseachers and some customers suspect that the tips given through self-checkout machines will never reach the employees.
- 46** The word “Despite” in the sentence “Despite having zero interaction with employees during transactions” (second sentence of the first paragraph) can be correctly replaced by **In spite of**, maintaining both the meaning of the fragment and its correction.

A lawyer used ChatGPT to prepare a court filing. It went horribly awry.

A lawyer who relied on ChatGPT to prepare a court filing on behalf of a man suing an airline is now all too familiar with the artificial intelligence (AI) tool's shortcomings — including its propensity to invent facts.

Roberto Mata sued Colombian airline Avianca last year, alleging that a metal food and beverage cart injured his knee on a flight to Kennedy International Airport in New York. When Avianca asked a Manhattan judge to dismiss the lawsuit based on the statute of limitations, his lawyer submitted a brief based on research done by ChatGPT.

While ChatGPT can be useful to professionals in numerous industries, including the legal profession, it has proved itself to be both limited and unreliable. In this case, the AI invented court cases that didn't exist, and asserted that they were real. The fabrications were revealed when Avianca's lawyers approached the case's judge, saying they couldn't locate the cases cited in Mata's lawyers' brief in legal databases.

"It seemed clear when we didn't recognize any of the cases in their opposition brief that something was amiss," said the airline's lawyer. And soon they figured it was some sort of chatbot of some kind. On the other hand, the passenger's lawyer said that it was the first time he'd used ChatGPT for work and, therefore, he was unaware of the possibility that its content could be false.

Internet: <www.cbsnews.com> (adapted).

Based on the preceding text, judge the items that follow.

- 47 The sentence "And soon they figured it was some sort of chatbot" can be correctly rephrased as **And, before long, they realized it was some form of chatbot.**
- 48 The passenger who sued the airline company because of an incident that happened during his flight is Colombian.
- 49 When ChatGPT gave the passenger's lawyer some court cases, it warned him they could not be factual.
- 50 It is correct to infer from the text that, due to the lawyer's expertise, he had used ChatGPT for work before.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens seguintes, a respeito de ETL e de manipulação, tratamento e visualização de dados.

- 51** Em gráficos interativos, um usuário pode detalhar áreas de interesse, de modo que é possível passar de uma visualização agregada, que mostra o total de vendas de um ano inteiro, para os números de vendas mensais de determinado ano.
- 52** No processo de ETL, extrair refere-se à obtenção de dados e envolve ocupar-se com diferentes tipos de esquemas e regras em vários sistemas de origem.

No que se refere a processamento de linguagem natural (PNL) e a *deep learning*, julgue os itens subsecutivos.

- 53** *Deep learning* é um algoritmo que simula o cérebro humano por meio de algoritmos probabilísticos de aprendizado do comportamento em que uma população de representações abstratas de solução é selecionada em busca de soluções melhores.
- 54** PNL é um campo da ciência da computação que trata da interação entre computadores e linguagens humanas e tem por objetivo proporcionar aos computadores a capacidade de compreender e reproduzir a linguagem humana.

Julgue os itens a seguir, a respeito de mineração de dados, de arquitetura dos dados e de modelagem de dados.

- 55** No Relacionamento entre a Entidade1 e a Entidade2 a seguir, os pés de galinha em ambos os lados indicam uma relação muitos para muitos entre as entidades.



- 56** Mineração de dados combina técnicas de descoberta de conhecimento com técnicas de implementação eficientes que permitem seu uso em bancos de dados extremamente grandes.
- 57** Modelos de dados lógicos fornecem maiores detalhes acerca dos conceitos e relacionamentos no domínio em consideração, indicando atributos de dados, como tipos de dados e seus respectivos comprimentos, e relacionamentos entre entidades, além de informar como será organizado e quais regras de negócios estão envolvidas.

Acerca de técnicas de modelagem de BI (*business intelligence*), de *big data* e de linguagem de manipulação de dados (DML), julgue os itens que se seguem.

- 58** As tabelas de dimensão na modelagem para BI são estruturas de dados com informações agregadas e medidas específicas.
- 59** A DML não procedimental exige que um usuário especifique quais dados são necessários sem especificar como obtê-los.
- 60** Variedade, uma das métricas de *big data*, é caracterizada por armazenar e processar uma quantidade de dados muito maior do que os bancos de dados tradicionais foram projetados para suportar, incluindo os bancos de dados relacionais paralelos.

Julgue os itens subsecutivos, com base em análise de dados e em mapeamento de fonte de dados.

- 61** O mapeamento dos dados tem como objetivo coletar, armazenar, recuperar, manipular, visualizar e analisar dados espaciais ligados ao sistema de coordenadas.
- 62** A análise descritiva envolve a utilização de técnicas estatísticas e algoritmos para fazer previsões ou estimativas sobre eventos futuros com base em dados históricos.

No que se refere a sistemas gerenciadores de banco de dados (SGDB), julgue os próximos itens.

- 63** Um SGDB se caracteriza por ser um programa de acesso de dados em formato de entidade e relacionamento.
- 64** Evitar redundância, uma das funções de um SGDB, tem por objetivo evitar que cópias dos mesmos dados sejam armazenadas em lugares diferentes.

A respeito de arquitetura e políticas de engenharia de dados, julgue o item que se segue.

- 65** O arquiteto de dados é responsável por realizar alterações no esquema dos dados e na organização física da entidade para refletir as mudanças nas necessidades da organização ou para alterar a organização física para melhorar o desempenho.

categoria	modelo	valor
1	A	40
1	A	18
1	B	76
2	B	97

Tendo como referência a tabela precedente, de nome dados, julgue os itens subsequentes, com relação à SQL.

- 66** Considere-se a seguinte expressão SQL.

```
select categoria, modelo, sum(valor)
from dados
group by cube(categoria, modelo)
```

Essa expressão, após executada, apresentará o resultado a seguir.

categoria	modelo	sum
		231
1	A	58
2	B	97
1	B	76
2		97
1		134
	B	173
	A	58

- 67** As expressões SQL a seguir geram resultados que são equivalentes.

```
delete from dados;
```

```
drop table dados;
```

- 68** As expressões SQL a seguir, após serem executadas, gerarão o mesmo resultado.

```
insert into dados values (2, 'C', 40);
```

```
insert into dados (categoria, modelo, valor)
values (2, 'C', 40);
```

Julgue os itens a seguir, a respeito da Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI), prevista no Decreto n.º 9.637/2018.

- 69** A segurança da informação abrange a segurança física e a proteção a dados organizacionais.
- 70** Entre os princípios da PNSI, incluem-se soberania nacional e visão abrangente e sistêmica da segurança da informação.
- 71** Entre os objetivos previstos na PNSI, estão orientar ações relacionadas à segurança dos dados custodiados por entidades públicas e fomentar a formação e a qualificação dos recursos humanos necessários à segurança da informação.
- 72** A Estratégia Nacional de Segurança da Informação deve conter as ações estratégicas e os objetivos relacionados à segurança da informação, sendo sua construção e manutenção de responsabilidade da presidência da República.
- 73** O comitê gestor de segurança da informação foi instituído com a atribuição de assessorar a Agência Brasileira de Inteligência.

Considerando o Decreto n.º 10.748/2021, que institui a Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos, julgue os itens que se seguem.

- 74** Um dos objetivos previstos no referido decreto é a promoção da cooperação entre os participantes da rede federal de gestão de incidentes cibernéticos.
- 75** Conforme o mencionado decreto, a equipe de coordenação setorial se encarrega de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos das agências reguladoras.
- 76** O Tribunal de Contas da União é responsável por elaborar, atualizar e divulgar um plano de gestão de incidentes cibernéticos para as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a fim de minimizar vazamento de informações críticas.
- 77** Compete ao Ministério da Defesa convocar reunião para deliberar a respeito da ocorrência de incidente cibernético.

Com relação à Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, de que trata o Decreto n.º 10.569/2020, e da Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, instituída pelo Decreto n.º 9.573/2018, julgue os itens subsequentes.

- 78** Conscientização e capacitação compõem um dos principais pilares para a efetividade de segurança de infraestruturas críticas.
- 79** Identificar ameaças e vulnerabilidades de infraestruturas críticas é uma atribuição dos grupos técnicos de segurança de infraestruturas críticas.
- 80** A Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas tem como princípio a análise de riscos para reação a incidentes.

Julgue os próximos itens, referentes ao Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, de que trata o Decreto n.º 11.200/2022, e ao Plano de Gestão de Incidentes Cibernéticos para a administração pública federal, previsto na Portaria GSI/PR n.º 120/2022.

- 81** O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é responsável por promover a cooperação com órgãos e entidades nacionais e internacionais nas atividades voltadas para a segurança de infraestruturas críticas.
- 82** A distribuição de responsabilidades referente à área prioritária de biossegurança e bioproteção é atribuição do Ministério da Defesa.
- 83** De acordo com a Portaria GSI/PR n.º 120/2022, a segurança de redes é um dos principais controles organizacionais na administração pública federal.
- 84** A designação do gestor de segurança da informação é parte das atividades preparatórias previstas no Plano de Gestão de Incidentes Cibernéticos para a administração pública federal.

Considerando o Glossário de Segurança da Informação, constante da Portaria GSI/PR n.º 93/2021, julgue os seguintes itens.

- 85** Análise estática é descrita como o tipo de teste que verifica a lógica interna de *software* em busca de falhas ou vulnerabilidades.
- 86** Administrador de perfil institucional é o agente público com autorização de responsável pela área interessada para administrar perfis institucionais de órgão ou entidade da administração pública federal, direta e indireta, nas redes sociais.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito da estrutura de gestão da segurança da informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal, de que trata a Instrução Normativa GSI n.º 1/2020.

- 87** Uma política de atualização deve ser criada para descrever os controles de segurança da informação com a orientação do uso adequado de ativos de informação.
- 88** Todos os órgãos e entidades da administração pública federal são obrigados a ter uma política de segurança da informação, devidamente implementada.

Julgue os próximos itens, relativos à segurança da informação e proteção de dados, considerando a Instrução Normativa GSI n.º 2 e a Instrução Normativa GSI n.º 3.

- 89** Cabe ao gestor de segurança da informação de cada órgão ou entidade elaborar o plano de gestão de riscos de segurança da informação e o relatório de tratamento de riscos.
- 90** Compete aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, em seu âmbito de atuação, instituir e implementar a equipe de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos.
- 91** A equipe de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos tem como atribuição assessorar a implementação das ações de segurança da informação e participar da elaboração da política de segurança da informação.
- 92** Nos aspectos de segurança da informação, a gestão de riscos de segurança da informação, a avaliação de conformidade e a gestão de mudanças são processos de realização obrigatória pelos órgãos e pela entidade da administração pública federal.
- 93** Ao gestor de segurança da informação cabe coordenar o processo de mapeamento de ativos de informação e designar um agente responsável pela gestão dos ativos de informação.

Acerca da segurança da informação quando se trata da utilização de computação em nuvem e de mídias sociais, julgue os itens subsequentes, de acordo com a Instrução Normativa GSI n.º 5 e com a Instrução Normativa GSI n.º 6 consolidada em 2021.

- 94** Nuvem privada, nuvem comunitária, nuvem pública e nuvem híbrida são modelos de implantação que compõem a computação em nuvem.
- 95** Ao comitê de segurança da informação compete supervisionar a aplicação do ato normativo sobre o uso seguro de computação em nuvem.
- 96** Definir os requisitos criptográficos mínimos para o armazenamento de dados e informações, custodiados pela administração pública federal, em soluções de computação em nuvem é competência do comitê de segurança da informação.
- 97** Informações classificadas ou de acesso restrito poderão ser publicadas com a autorização do administrador de perfis institucionais em mídias sociais.
- 98** O ato normativo e suas atualizações sobre o uso de mídias sociais deverão ser divulgados a todos os servidores, empregados públicos, militares e prestadores de serviço do órgão ou da entidade.
- 99** Os servidores, empregados públicos, militares e prestadores de serviço não poderão disponibilizar nas mídias sociais conteúdo que infrinja a Lei n.º 7.716/1989, as leis de propriedade intelectual ou as leis de privacidade.
- 100** Poderão realizar ou autorizar postagens em mídias sociais em nome do órgão ou da entidade apenas servidores terceirizados e servidores efetivos.

Julgue os itens subsequentes, relativos à segurança da informação e proteção de dados, de acordo com a Instrução Normativa GSI n.º 6 – Original / Instrução Normativa GSI n.º 7 e com a Instrução Normativa GSI n.º 1.

- 101** É de atribuição do comitê de segurança da informação interno dos órgãos e das entidades da administração pública federal coordenar a elaboração da política de segurança da informação e das normas internas de segurança da informação do órgão.
- 102** A periodicidade para a revisão da política de segurança da informação não deve exceder 4 anos.
- 103** Cabe à alta administração do órgão ou da entidade apreciar e aprovar o relatório de avaliação de conformidade e encaminhá-lo ao gestor de segurança da informação.

Acerca de disposições gerais, orientações básicas, conceitos e definições relativos à segurança da informação, julgue os itens subsequentes, considerando as normas complementares do GSI.

- 104** A equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais deve ser chefiada e gerenciada por um agente responsável, que pode ser um militar de carreira ou um servidor terceirizado.
- 105** A equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais deve viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação.
- 106** Os agentes públicos que utilizam dispositivos móveis corporativos não devem instalar, nesses dispositivos, aplicativos ou recursos não disponibilizados pelo setor responsável, salvo no caso de o agente ser um funcionário do suporte técnico.
- 107** Hash é um método criptográfico que, quando aplicado sobre uma informação, gera um resultado único e de tamanho fixo, independentemente do tamanho da informação.
- 108** O registro de eventos relevantes em um dispositivo ou sistema computacional é denominado *log* ou registro de auditoria.

Com base na Lei n.º 14.133/2021, julgue os seguintes itens.

- 109** O projeto básico, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, dá a base para o anteprojeto e caracteriza o interesse público na contratação.
- 110** Na contratação de projetos e serviços de desenvolvimento de *softwares*, os autores devem ceder à administração pública todos os direitos patrimoniais a eles relativos; assim, os *softwares* poderão ser livremente alterados e utilizados em outras ocasiões, sem necessidade de novas autorizações por parte dos autores.

No que se refere à gestão e à fiscalização de contratos de TI, julgue os itens que se seguem.

- 111** A renovação contratual e o gerenciamento de riscos de uma contratação de TI poderão utilizar como subsídio o histórico de gestão de contrato, artefato que permite documentar os principais acontecimentos positivos ou negativos que ocorrerem durante a execução do contrato.
- 112** Na execução de um serviço de TI, o contratado poderá empregar um agente público que estiver atuando na fiscalização ou na gestão do contrato, desde que o edital de licitação expressamente o permita.

Julgue os itens a seguir, considerando a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o Decreto n.º 7.845, o Decreto n.º 7.724, e suas alterações.

- 113** A Lei n.º 12.527/2011 reconhece a obrigatoriedade de consentimento para divulgação de informações pessoais quando estas forem necessárias à prevenção ao diagnóstico médico, quando o interessado estiver física ou legalmente incapaz, com a finalidade única e exclusiva de tratamento médico.
- 114** O Decreto n.º 7.724 inclui autarquias e sociedades de economia mista na sua abrangência.
- 115** O Decreto n.º 7.845 tem por objetivo regulamentar exclusivamente procedimentos para credenciar e tratar segurança da informação classificada como confidencial no âmbito do Poder Executivo federal.

Com base na Lei n.º 12.737/2012 (Lei de Delitos Informáticos), julgue os itens a seguir.

- 116** Multa financeira e atuação em trabalhos sociais são as penas previstas para interrupção ou perturbação de serviço de informação de utilidade pública.
- 117** Configura-se como crime divulgar informações de forma não autorizada, obtidas por meio de invasão.

Acerca da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), julgue os itens subsequentes.

- 118** Segundo a Lei n.º 13.709/2018, o titular dos dados pessoais tem assegurado o direito de obter informações a respeito do tratamento dos seus dados.
- 119** A Lei Geral de Proteção de Dados aborda o tratamento de dados pessoais e se aplica também à administração pública.
- 120** Os dados que forem anonimizados serão considerados dados pessoais para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados independente se a anonimização possa ser revertida ou não.